

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 37.163 - ES (2011/0198302-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DERIVAN PEREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : DELIENE PEREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : ETIENE PEREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : DERIALDO PEREIRA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : LUCAS VETTORE SARETTA E OUTRO(S) - ES011785  
**AGRAVADO** : SERRAMAR TRANSPORTE COLETIVO LTDA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ CARLOS STEIN JUNIOR - ES004939  
FABÍOLA FURTADO MAGALHÃES - ES007895  
MARCOS ALBERTO BALESTREIRO FILHO - ES022161  
KARINA GARDIOLI COSTA - ES023964  
BRUNO AVILA GUEDES KLIPPEL - ES011099

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por DERIVAN PEREIRA E SOUZA E OUTROS contra o v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado:

*"CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. EMPRESA DE TRANSPORTE. AUSÊNCIA. COMPROVAÇÃO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO. PENSÃO MENSAL. FILHOS. LIMITE. 25 ANOS. DPVAT. REDUÇÃO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.*

*1.A responsabilidade da empresa de transporte é objetiva, sendo que somente poderá ser afastada pela comprovação de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima. Precedentes do STJ.*

*2.A ocorrência de dano moral aos filhos pelo falecimento de seus pais é presumível, sendo que o valor da indenização deve ser fixado com moderação e razoabilidade.*

*3.A pensão mensal somente é devida aos filhos até que os mesmos completem 25 (vinte e cinco) anos de idade.*

*4.O valor referente ao seguro obrigatório – DPVAT – deve ser reduzido do montante indenizatório, na hipótese de comprovação do efetivo recebimento.*

*5.O réu deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios quando o autor decair da parte mínima do pedido.*

*6.Recursos parcialmente providos." (e-STJ, fl. 364)*

# Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados. (e-STJ, fls. 402/409).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 20, § 3º, 128, 131, 165, 186, 303, 458, II, 460, 515, 517, 927 e 950 do Código de Processo Civil/73, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) valor fixado à título de danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada recorrido é irrisório, razão pela qual pugna pela sua majoração; c) impossibilidade de compensação dos valores recebidos a título de Seguro DPVAT da indenização judicialmente fixada; d) fazem jus ao pagamento de pensão vitalícia mensal; e e) seja fixada a condenação da Recorrida em honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Contrarrazões apresentadas às fls. 556/580.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

Contrarrazões ao agravo em recurso especial apresentadas às fls. 1.434/1.444.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa aos arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil/73, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. Ademais, o mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Sobre o tema:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.**

*IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973 NÃO VERIFICADA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DO REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Inviável a análise de ofensa aos dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema.*

*2. Não ficou configurada a violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.*

*3. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.*

*4. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.*

*5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.*

*6. Agravo regimental desprovido.*

**(AgRg no AREsp 139753/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22/03/2019, g.n.)**

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça manifesta-se no sentido de que nas ações relacionadas a acidentes de trânsito, o valor do seguro obrigatório DPVAT deve ser deduzido da indenização fixada judicialmente, nos termos da Súmula 246/STJ, independentemente de comprovação do recebimento da quantia pela vítima ou seus sucessores.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DVPAT. COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. NÃO PROVIMENTO.*

*1. Aos termos da jurisprudência fixada e sedimentada na SEGUNDA SEÇÃO desta Corte, "Nas ações relacionadas a*

*acidentes de trânsito, o valor do seguro obrigatório DPVAT deve ser deduzido da indenização fixada judicialmente, nos termos da Súmula 246/STJ, independentemente de comprovação do recebimento da quantia pela vítima ou seus sucessores" (REsp 1616128/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 21/3/2017).*

*2. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no REsp 1717980/RO, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 11/09/2018, g.n.)

Em relação ao pensionamento, o TJ/PE manifestou-se nos seguintes termos:

*" Os Recorridos, quando do falecimento do pai, já eram maiores de 25 (vinte e cinco) anos, como atesta a certidão de óbito de fls. 51, e, por isso, em consonância com o entendimento consolidado pelo STJ, não fazem jus ao recebimento de pensão mensal." (e-STJ, fl. 373)*

Desta feita, a orientação do Tribunal *a quo* está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. Confira-se:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA MÃE DA AUTORA. LEGITIMIDADE PASSIVA E RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA CEDAE, PELO EVENTO MORTE, RECONHECIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRESENÇA DE NEXO CAUSAL AFERIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, COM BASE NO ACERVO FÁTICO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO, DE REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS E MATERIAIS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. SÚMULAS 54 E 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Agravo interno interposto em 01/04/2016, contra decisão monocrática publicada em 21/03/2016.*

*II. Na origem, trata-se de demanda indenizatória por morte, decorrente de acidente de trânsito provocado por obras na pista, realizadas pela CEDAE.*

*III. No caso, a modificação das conclusões a que chegou a Instância a quo - firmadas à luz do acervo fático da causa, quanto à legitimidade passiva da ré e à sua responsabilidade exclusiva pelo evento danoso -, de modo a acolher a tese da parte ora*

*recorrente em sentido contrário, demandaria, inarredavelmente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável, em sede de Recurso Especial, em face da Súmula 7 desta Corte.*

*IV. A análise acerca da adequação do valor indenizatório por dano moral, quando inserido nos limites da razoabilidade, implica, necessariamente, no revolvimento de matéria fático-probatória, sabidamente obstada em sede de recurso especial, por incidência da Súmula 7 desta Corte.*

*V. Quanto ao termo inicial dos juros de mora, a conclusão do Tribunal a quo está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que "os juros moratórios, em caso de responsabilidade extracontratual, devem incidir a partir da data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. Incidência da Súmula 83/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 422.570/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/12/2013).*

*VI. Consoante o entendimento desta Corte, "a dependência econômica de filho menor em relação aos pais é presumida, dispensando a demonstração por qualquer outro meio de prova" (STJ, AgRg no Ag 1.294.094/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 06/02/2015). Além disso, sedimentou-se o entendimento "de fixar a indenização por perda do pai ou progenitor, com pensão ao filho menor até os 24 (vinte e quatro) anos de idade (integralmente considerados), ou seja, até a data de aniversário dos 25 anos" (STJ, REsp 592.671/PA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJU de 17/05/2004).*

*VII. No caso, o acolhimento das alegações da parte recorrente, no sentido de que incide, na hipótese, a regra do art. 21, caput, do CPC/73, em vista da sucumbência recíproca, exigiria, inevitavelmente, a análise do acervo probatório da causa, o que também encontra óbice na Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.*

*VIII. Agravo interno improvido.*

*(AgInt no REsp 1554466/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 22/08/2016 g.n. )*

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CULPA CONCORRENTE. PENSÃO INDENIZATÓRIA LIMITADA AOS FILHOS ATÉ COMPLETAREM 25 ANOS. TERMO FINAL DA PENSÃO EM FAVOR DA MÃE E DA VIÚVA DA VÍTIMA NA DATA EM QUE ESTA ATINGIRIA 71 ANOS. FIXAÇÃO DO LIMITE ESTABELECIDO NA PETIÇÃO INICIAL.**

**AGRAVO DESPROVIDO.**

(AgRg no REsp 1183495/DF, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 28/08/2012 g.n. )

*RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. MORTE DO PAI E MARIDO DOS RECORRIDOS. PENSÃO MENSAL. TERMO FINAL. DANO MORAL. REDUÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. VERBA HONORÁRIA. BASE DE CÁLCULO. JUSTIÇA GRATUITA. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. ATUALIZAÇÃO DO VALOR DEVIDO. INDEXAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. NÃO-CABIMENTO. SÚMULA N. 284/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 83/STJ. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA.*

*1. A pensão mensal a ser paga ao filho menor, fixada em razão do falecimento do seu genitor em acidente de trânsito, deve estender-se até que aquele complete 25 anos.*

*2. O quantum indenizatório fixado na instância ordinária a título de dano moral somente se submete ao controle do Superior Tribunal de Justiça na hipótese em que o valor da condenação seja irrisório ou exorbitante, distanciando-se, assim, das finalidades legais e da devida prestação jurisdicional frente ao caso concreto.*

*3. O cálculo da verba honorária é feito sobre o somatório de todas as prestações vencidas, acrescidas de doze prestações das vincendas, incluindo o valor fixado a título de danos morais.*

*4. É inviável a análise da perda da situação de miserabilidade jurídica dos recorridos, tendo em vista que examinar a condição econômica dos recorridos demanda análise de matéria fático-probatória.*

*5. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula n. 284/STF).*

*6. A indenização não pode ser indexada ao salário mínimo, devendo ser considerado o seu valor vigente à época do evento, computando-se daí por diante a correção monetária. Precedentes.*

*7. Impõe-se a rejeição dos aclaratórios opostos com o fim de prequestionamento se o Tribunal recorrido examinou e decidiu todas as questões suscitadas.*

*8. Recurso especial não-conhecido.*

(REsp 586714/MG, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 14/09/2009 g.n. )

Avançando, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: *"A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada"* (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

No caso vertente, entende-se ser desarrazoado o *quantum* fixado pela instância ordinária, correspondente a R\$ 10.000,00 (vinte mil reais), para cada recorrido.

Considerando que o dano adveio da morte do pai dos autores, conforme se observa nos seguintes excertos:

*"(...), resta evidente que não há que se falar em culpa exclusiva da vítima. O motorista do veículo de transporte coletivo abriu a porta para a vítima descer antes de efetuar a parada do mesmo, o que ocasionou a queda e conseqüente falecimento do pai dos Recorridos."* (e-STJ na fl. 370).

Dessa forma, impõe-se novo arbitramento do montante indenizatório, a fim de atender aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando o indesejado enriquecimento sem causa do autor da ação indenizatória, sem, contudo, ignorar o caráter preventivo e pedagógico inerente ao instituto da responsabilidade civil.

Forte em tais razões e atento aos precedentes desta Corte, majoro a reparação moral para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) para cada um dos autores, devendo ser

acrescida de correção monetária a partir desta data (Súmula 362/STJ) e de juros moratórios a partir da citação por tratar de responsabilidade contratual.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. PENSÃO MENSAL. TERMO FINAL. EXPECTATIVA DE VIDA DA VÍTIMA. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. O eg. Tribunal de origem, à luz das circunstâncias fáticas da causa, concluiu pela configuração da responsabilidade civil da empresa de transporte coletivo pelo acidente de trânsito, pois, conforme consta dos depoimentos testemunhais e do laudo pericial, o ônibus de sua propriedade trafegava em alta velocidade, tendo ultrapassado o sinal vermelho e atingido o veículo no qual se encontrava o marido da agravada, que veio a óbito em decorrência da colisão. Destarte, no caso, a alteração de tais conclusões, para reconhecer a culpa exclusiva da vítima pelo acidente, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. (...)*

*3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), não é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que ocorreu a morte do marido da ora agravada em decorrência do acidente de trânsito causado por preposto da empresa agravante.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 794.430/CE, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 03/08/2016, g.n.)

*AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORRE DA VÍTIMA - DANOS MORAIS - FIXAÇÃO DO DANO MORAL - RAZOABILIDADE - INOCORRÊNCIA DE TERATOLOGIA NO CASO CONCRETO - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL - CITAÇÃO - DECISÃO*



**AGRAVADA MANTIDA.**

1.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratológico, por irrisório ou abusivo.

2.- **Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que houve a fixação em 19.05.2011 do valor da indenização por dano moral em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada autor decorrente de acidente de trânsito que resultou a morte da mãe dos autores, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes.**

3.- O entendimento jurisprudencial desta Corte se firmou no sentido de que, nos acidentes envolvendo passageiros de transporte coletivo (contrato de transporte), "a mora constitui-se a partir da citação" (REsp 877.195/RJ, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, DJ 18.12.06).

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1356800/MG, Rel. **Ministro SIDNEI BENETI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 01/03/2013, g.n.)

Por fim, impende ressaltar a remansosa jurisprudência desta eg. Corte é no sentido de que, em princípio, a análise dos parâmetros a serem considerados para fins de arbitramento da verba honorária, mediante a equitativa apreciação do magistrado, é incompatível com a via estreita do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ. Excepcionalmente, afasta-se a incidência da referida Súmula quando a verba honorária é fixada em *quantum* irrisório ou exorbitante.

Nessa toada, destacam-se os recentes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTÊINERES. SOBRE-ESTADIA (DEMURRAGE). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ART. 662 DO CC/2002. SÚMULA N. 282 DO STF. ART. 333, I, DO CPC/1973. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DO ART. 20, § 3º, DO CPC/1973. DECISÃO MANTIDA.*

(...)

**5. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do**

*óbice da Súmula n. 7/STJ para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem está dentro dos parâmetros legais, portanto, não se justifica sua reavaliação em recurso especial.*

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1055415/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 15/03/2018, g.n )

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. LEVANTAMENTO DE GRAVAME. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. DANO MORAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO DO VALOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA N. 7 DO STJ.

(...)

*4. A revisão dos critérios de equidade utilizados pelas instâncias de origem para a fixação dos honorários advocatícios é vedada no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), salvo na hipótese de valores irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica no caso presente.*

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098101/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017 - g.n)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTUM. EQUIDADE NA FIXAÇÃO. REEXAME DAS PREMISSAS DE FATO ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL INVIABILIZADO EM RAZÃO DE ÓBICE SUMULAR. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

*1. Excepcionalmente, o STJ admite a revisão da verba honorária fixada pelo critério da equidade quando o valor fixado destoar da razoabilidade, revelando-se irrisório ou exagerando, circunstância não verificada no caso.*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a majoração do valor arbitrado a título de honorários advocatícios enseja o revolvimento de matéria fático-probatória, além das peculiaridades do caso concreto, salvo quando o valor se revelar*

***irrisório ou exorbitante, o que não se verifica no presente caso.***

(...)

***4. Agravo interno a que se nega provimento."***

(AgInt no AREsp 1080842/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017 - g.n)

Nesse jaez, vislumbra-se que o valor estabelecido pelo Tribunal de origem está dentro dos parâmetros legais, portanto, não se justifica sua reavaliação em recurso especial.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, no sentido de majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada um dos autores, acrescidos de correção monetária a partir desta data (Súmula 362/STJ) e de juros moratórios a partir da citação, em conformidade com a jurisprudência do STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator